



**A PRESSUPOSIÇÃO-DEFEITO DE PAUL HENRY E A PRESSUPOSIÇÃO  
ARGUMENTATIVA DE OSWALD DUCROT:  
UM FENÔMENO QUE INSISTE E RESISTE**

**PAUL HENRY'S PRESUPPOSITION-DEFAULT AND OSWALD DUCROT'S  
PRESUPPOSITION-ARGUMENTATIVE:  
A PHENOMENON THAT INSISTS AND RESISTS**

Julio Cesar Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma abordagem crítica a Paul Henry, em relação à sua contestação ao conceito de pressuposição de Oswald Ducrot, o que Henry fez com base em termos como “psicossocial”, “persuasão” e “influência”, termos esses estranhos à epistemologia ducrotiana. Nossa metodologia explora um melhor tratamento teórico constituinte da noção de *pressuposição argumentativa*, que, ao contrário do que apresentou Henry, nunca se opera isolada, mas é sempre operável em uma *démarche argumentativa* composta de pressuposto (pp), posto (p) e encadeamento ( $\rightarrow$ ). Conservando seus méritos, defendemos a hipótese de que Henry não desconstruiu porque não abordou a pressuposição argumentativa ducrotiana, mas trabalhou pontos de uma *pressuposição-defeito* mais limitada, que não resiste a ambiguidades e paradoxos, desconsiderando envergaduras e refinamentos da *démarche argumentativa* e suas cinco constitutividades, pelas quais a pressuposição ducrotiana insiste e resiste.

**Palavras-chave:** Pressuposição; Discurso; Argumentação.

**Résumé:** Cet article présente une approche critique de Paul Henry, en relation avec sa contestation du concept de présupposition de Oswald Ducrot, qu'Henry a fait en se basant sur des termes tels que « psychosocial », « persuasion » et « influence ». Des termes étranges à l'épistémologie ducrotienne. Notre méthodologie explore un meilleur traitement théorique constituant de la notion de *présupposition argumentative*, qui, contrairement à ce qu'Henry a présenté, n'opère jamais isolément, mais est toujours opérable dans un *démarche argumentative* composée de la présupposition (pp), le posé (p) et le enchainement ( $\rightarrow$ ). En gardant ses mérites, nous défendons l'hypothèse que Henry n'a pas déconstruit parce qu'il n'a pas abordé la présupposition argumentative ducrotienne, mais a travaillé sur des points d'une *présupposition-défaut* plus limitée, qui ne résiste pas aux ambiguïtés et aux paradoxes, au mépris de la portée et des raffinements de la *démarche argumentative* et ses cinq constitutivités, pour laquelle la présupposition ducrotienne insiste et résiste.

**Mots clés:** Présupposition; Discours; Argumentation.

<sup>1</sup> Professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais, Passos, MG, Brasil. julio.semantica@gmail.com

Orcid <https://orcid.org/0000-0003-0364-3370>

“Fomento: PROGRAMA DE BOLSAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA - PQ/UEMG - EDITAL 06/2021”.

## 1. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA UMA CRÍTICA CIENTÍFICA: PROBLEMAS EM HENRY

Em 1977, o francês Paul Henry publica o livro *Le mauvais Outil* (A ferramenta imperfeita), tecendo críticas aos trabalhos de Oswald Ducrot, renomado linguista francês que carrega o mérito de ter formalizado o fenômeno da pressuposição nos estudos semânticos e enunciativos, rompendo com a lógica clássica. O presente artigo apresenta uma abordagem crítica a Paul Henry, em relação à sua contestação ao conceito de pressuposição de Oswald Ducrot, o que Henry fez com base em termos como “psicossocial”, “persuasão” e “influência”, termos esses estranhos à epistemologia ducrotiana. Nossa metodologia explora um melhor tratamento teórico constituinte da noção de *pressuposição argumentativa*, que, ao contrário do que apresentou Henry, nunca se opera isolada, mas era (na década de 70, e atualmente, por outros modos e termos) sempre operável por uma *démarche argumentativa* composta de pressuposto (pp), posto (p) e encadeamento ( $\rightarrow$ ). Consideraremos também as cinco constitutividades da pressuposição argumentativa<sup>2</sup> desconsideradas em sua maioria por Henry, a saber: (i) a *continuidade* do dizer imposta pela pp; (ii) a *coerência* do dizer imposta pela pp; (iii) a *significação* ou sentido *partilhado* entre interlocutores, devido à pp; (iv) a *obrigatoriedade* da interlocução imposta pela pp; e (v) a *transformação* das relações entre interlocutores produzidas pela pp.

Evidentemente, este artigo reconhece a crítica de Henry em seus méritos, notadamente o fato de, por ela, conduzir Ducrot a uma melhor reformulação da noção de pressuposição no nível discursivo (muito embora já houvesse tal abordagem em *Dire et ne pas dire* (DUCROT, 1972)).

Criticar, em Ciências da Linguagem, é requinte de domínio epistemológico avançado, que significa dominar certo acervo de noções teóricas (vocabular-científico), tanto em descrição teórica, quanto em descrição analítica. Isso significa que o crítico deve dominar suficientemente o rol de fundamentações nas e das quais o objeto criticado se inscreve e se constrói. O livro “A ferramenta imperfeita” encontra um entrave bem aí: o fenômeno da crítica é justamente produzível/descriível/acessível por certo arrazoado epistemológico alheio ao domínio de Ducrot e seus trabalhos. Não diremos – e aqui somos bem subjetivos – que tal carência teórica deslegitima a crítica, dada seus acarretamentos positivos, mas defenderemos que ela deve ser revista e aprofundada por olhares teóricos mais profundos e de expertise de área. O que ainda hoje resta por se fazer. O que faremos, aqui, é revisar tal crítica à luz de um maior rigor teórico. Retomaremos tal discussão na expectativa de reescrever alguns pontos criticados, naquilo em que realmente operam:

- a. a incompreensão do conceito de *língua* ducrotiano por Henry, e os perigos e equívocos causados por mau uso de vocabulário alheio à teoria ducrotiana, tal como: *psicossocial*, *persuasão* e *influência*, inadequados porque recortam outros objetos e questões que não os realmente delimitados pela Semântica Argumentativa, e estabelecem uma inconsistência de raciocínio da *argumentação* em três eixos (propostos por Henry): primeiro eixo: “teoria x prática” (para Henry), que corresponde a “frase x enunciação” para Ducrot; segundo eixo: “conhecimento do real x real” (para Henry), que corresponde a “significação x sentido” (para Ducrot); e “língua x linguagem”;
- b. a consideração “argumentativa” (e por isso “discursiva”) de uma *démarche argumentativa* (a tríade pressuposto, posto e encadeamento), jamais realizada por

---

<sup>2</sup> A palavra *pressuposição* (ducrotiana ou não) é, ao longo desta pesquisa, abreviada por “pp”.

Henry (o que levou à fama de que pressuposto não tem relações com o discurso). Má abordagem essa que, aos olhos mais rigorosos, instaura como consequência o par *pressuposição-defeito* henryana (desconstruída pelo livro) e *pressuposição argumentativa* ducrotiana (não abordada no livro).

Portanto, nosso olhar não vai para o “embate entre teorias”, efeito menos produtivo na envergadura científico-linguística, mas para o “rigor teórico-científico que constrói a possibilidade da crítica” (que, com esse entorno, dá certo caráter de ineditismo ao presente artigo). Aliás, muito do importante embate proposto por Henry ainda está por acontecer, mas ele é procrastinado porque aguarda sujeitos de debate cujo domínio teórico ambiente e determine as sutilezas dos fenômenos observados, bem como uma melhor compreensão das espessuras das noções teóricas para operar tais fenômenos. Requisitos não alcançados no livro de Henry, no tocante à Semântica Argumentativa. O que Henry fez não foi desconstruir uma noção – isso está longe de acontecer, conforme vasta literatura mundial sobre a pressuposição, notadamente europeia, americana e sul-americana –. O que Henry fez foi chamar à debate teorias (no plural) que são incomodadas pela subjetividade na sua relação com a linguagem, ou nas palavras do próprio linguista (HENRY, p. 1977, p. 73), o que se buscou foi invocar um processo cujo elementos pretendem uma “teoria das ideologias e formas da existência da subjetividade”. Meta louvável, mas que se buscou via tentativa de desconstrução de um conceito de pressuposição que não compreendeu bem.

Para revisar a crítica, nossa metodologia, diferente da maioria das publicações que se seguiram a esta temática depois dos anos 80, valer-se-á apenas das publicações de Ducrot anteriores à crítica henryana (a noção de polifonia e enunciador, portanto, um dos resultados desta discussão, não será trabalhada aqui, por ter surgido em um momento posterior à essa crítica de Henry. E nosso foco, aqui, é a crítica e seu momento). Esperamos, com isso, produzir um efeito de melhor rigor de aprofundamento às noções criticadas, sobretudo a pressuposição, além de resgatar muito do potencial de tais noções, descritas vagamente e inconsistentemente por Henry (o que, claro, registra-se, não retira os méritos do livro).

Portanto, é fundamento de nossa pesquisa bibliográfico-qualitativa: a obra que critica, *A ferramenta imperfeita* (HENRY, [1977], 2013), e a obra mais criticada, *Dizer e não dizer: princípios de semântica linguística* (DUCROT, [1972], 1977)<sup>3</sup>.

Ajunte-se, enquanto hipótese teórica, que, diferente de como pensa Henry, para nós – como para Ducrot – a pressuposição é sempre inevitável, não importa a envergadura linguística: gramaticalidade ou agramaticalidade, ortografia ou cacografia, sintaxe dissertativa ou figuras de linguagem, semântico-doxal ou semântico-paradoxal, normatividade ou non sense etc. Obviamente, posto e pressuposto terão outras dinâmicas em formatos atípicos das dimensões língua, linguagem e enunciação (que podem ser pensadas, por exemplo, à luz dos estudos clássicos sobre a “anulação” de Grice<sup>4</sup>), mas, para além de uma mera “defesa” de um conceito clássico de pressuposição, tentaremos mostrar que, *mesmo diante dos maiores entraves linguísticos, o fenômeno da pressuposição insiste e resiste*. Afinal – e isso elucidada, dá resistência, e insistência inegáveis à pressuposição – uma das melhores definições sobre pressuposição, é: “pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria

<sup>3</sup> Atualmente, a pressuposição é trabalhada em um formato melhor visível quanto ao seu teor discursivo, que preserva os trabalhos dos anos 70, e os aprofunda. Confira a atualidade teórica da pressuposição em nosso trabalho (BEHE; CAREL; DENUÇ; MACHADO (2021).

<sup>4</sup> Grice (1975) propôs, inicialmente, o conceito de *anulação* em matéria de implicaturas (*explicitely canceled; contextually canceled*), que alguns linguistas consideram também para a pressuposição.

saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse; é desempenhar o papel de alguém de quem o ouvinte sabe que...” (DUCROT, 1977, p. 77-78).

## 2. A LÍNGUA EM DUCROT

Um bom caminho para a compreensão de qualquer trabalho de Ducrot, isto é, em Semântica Argumentativa, é refletir o conceito de *língua*. Partiremos daqui. As minúcias que produzem incoerência na crítica de Henry foram o descuido de duas noções-base da epistemologia ducrotiana: a *língua* e a *argumentação*. Por ora, abordemos a primeira.

É importante saber que, apenas no livro de Ducrot *Dire et ne pas dire*, criticado por Henry, a língua possui quatro determinações desconsideradas em quase totalidade por Henry, que em si desconstruiriam as asseverações de uma “pressuposição alheia ao discurso”. São determinações de língua, em Ducrot (1972):

- (i) *a inseparabilidade entre “língua e fala”* (a constitutividade indissociável entre emprego e não-emprego da linguagem): o acervo ducrotiano assevera, desde a década de setenta, que a frase (entidade gramatical abstrata, cujo valor é a significação) é uma noção teórica construída pelo analista para dar conta do enunciado (realização particular da frase, cujo valor é o sentido). Assim, a separação uso e não-uso, ou língua/fala, é apenas um procedimento teórico para lidar com a complexidade do conceito refinado da enunciação, em Ducrot, pois para o autor (DUCROT, 1987 [1978], p. 64), “o objeto teórico ‘língua’ não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade da fala”. Não se trata de mero sistema alfabético alheio às dinâmicas da enunciação e seus sujeitos, distantes das relações humanas, nem sempre registráveis, mas bem ao contrário, em Ducrot (1972, p. 108), a língua-fala são um fenômeno inseparável, de modo que a língua é “[...] bem mais que um simples instrumento para comunicar informações: comportará, inscrito na sintaxe e no léxico, todo um código de relações humanas”. O projeto de persecução de Ducrot, ao longo de sua vida (da década de setenta até textos recentes, como em nossa obra, de 2021, sempre foi e é “[...] inserir na descrição semântica do enunciado, marcas relativas a sua enunciação” (DUCROT, 1987 [1978], p. 83). O que se faz por reflexões que imbricam estrutura e uso da estrutura (por exemplo, à época, via conceitos de componente linguístico e componente retórico, hoje, argumentação estrutural e argumentação contextual). Essa determinação (i) é uma das principais discordâncias (e certa incompreensão) de Henry à teoria ducrotiana: para Henry (1977, p. 76), não existe a dimensão semântica da língua, sentido literal, pois para ele, há apenas o uso de linguagem (termo que ele prefere à língua, para que se não confunda com língua institucional, por exemplo, língua da França, língua de Portugal etc), e o que seria o literal (ou objeto de conhecimento, para Henry) trata-se de categorias ideológicas que fazem funcionar/produzir o dizer: “contestamos a ideia de que seja possível falar de uma *semântica da língua*, cujo processo de constituição está implicitamente contido na própria noção de significação literal, tal como definida por Ducrot”. Percebe-se, portanto, que Henry não considerou a fineza da inseparabilidade ducrotiana de língua-fala, uma vez que Ducrot defende que a significação (o literal, para Henry) não existe em si e por si, a não ser enquanto construção do analista para operar a enunciação e o enunciado.
- (ii) *a inseparabilidade entre “língua e leis de discurso”* (uma certa deontologia linguística, regras de dizer, que regem o dizer, inscritas na língua): “a língua

fornece não somente a ocasião e o meio, mas o quadro institucional, a regra” (DUCROT, 1972, p. 4). As leis de discurso nos permitem compreender o objeto teórico *língua* como um sistema argumentativo que fornece modos de apresentar um conteúdo, antes de ser um sistema que transmite conteúdos. Como explica Ducrot (1972, p. 4): “A língua não é mais então somente o lugar onde os indivíduos se encontram, mas ela impõe, a este encontro, formas bem determinadas”. Constitutividade essa que aproxima a noção de deontologia ducrotiana à definição henryana de “[...] conceito de língua enquanto condição de conhecimento desses aspectos do funcionamento material da linguagem” (HENRY, 1977, p. 88).

- (iii) *a inseparabilidade entre “língua e ato jurídico”* (o potencial transformador/ressignificador da língua, inscrito na língua): trata-se da inseparabilidade entre o enunciar e as transformações sociais instauradas por esse enunciar (na década de 70, este *a priori* mantinha fortes relações com os atos de linguagem). Para a Semântica Argumentativa, enunciar é (res)significar porque enunciar é (res)significar as relações entre os interlocutores da enunciação. Para Ducrot esta relação entre língua e a transformação das relações entre interlocutores se dá pela noção de ato jurídico (conferir nosso artigo Machado (2021)). A noção de ato jurídico ocupa-se do semantismo em que descrever o sentido/significação significa descrever as obrigações que o dizer impõe, e as transformações decorrentes dessas obrigações que todo dizer impõe, em maior ou menor grau. Tal como, por exemplo, em muitas sociedades contemporâneas, a enunciação-convite para apadrinhar um casamento significa instaurar ao menos duas obrigações ao interlocutor, futuro padrinho: uma obrigação de aceitar o convite, e uma obrigação de presentear os noivos, sob pena de, negando tais obrigações, poder transtornar gravemente a amizade. Outros exemplos de Ducrot é o potlach (o rito indígena de um presente-obrigação: ao receber a dádiva, instaura-se a obrigação de retribuí-la).
- (iv) *a inseparabilidade entre “nível explícito e nível implícito”*: (aquele que se atenta para a espessura de sentido/significação do conceito de língua para além da superficialidade visível/audível da linguagem, mas considerando o refinamento da dimensão invisível/inaudível): é notoriamente reconhecido que um dos grandes méritos de Ducrot para a Semântica, a Enunciação e a Linguística, de modo geral, dentre inúmeros outros, são os estudos sobre o fenômeno da pressuposição na dimensão enunciativa e linguística. Para Ducrot, estudar linguagem e semântica é partir do *a priori* que é possível dizer ao não dizer (para o estudioso, dizer e falar são categorias distintas, veremos). O sentido ducrotiano não impõe como regra a sempre explicitação do ver e ouvir linguagens. Em uma contemporaneidade ciber e juridicamente (e-)vigiada, os implícitos ducrotianos contribuem para a formação do conhecimento de linguagem de encontrar modos de dizer o que não se diz (DUCROT, 1972, p. 5). À época, a conceituação técnica apresentava que a significação explícita é expressa, e a significação implícita é atestada (o que se mantém ainda hoje, mas com sofisticação terminológica e amplitude de envergadura, diga-se de passagem). Por exemplo, expressa-se “Fulano veio me ver; logo ele tem problemas” (DUCROT, 1972, p. 7), para que se ateste o implícito [Fulano vem por interesse]. Como explica o linguista: “a proposição implícita é assinalada – e apenas assinalada – por uma lacuna no encadeamento das proposições explícitas” (DUCROT, 1972, p. 16). Para Ducrot, a língua é tal que consegue deflagrar a artimanha dos sentidos explícitos (o que se diz, e significa) e implícitos (o que não se diz, mas significa).

É fácil perceber que temos, na confluência dessas determinâncias, a construção de uma noção teórica, a *língua*, de essência constitutivamente enunciativa, que como esclareceu Ducrot a Henry (1977, p. 194), não separa, mas opera bem na contradição “objeto real (o sentido, pela enunciação)” versus “conhecimento do objeto (a significação, marcas da enunciação no enunciado)”. O projeto de descrição semântica ducrotiano inscreve-se, em Linguística, por um método que reflete o imbricamento “teoria” (a descrição da enunciação) e “prática” (a enunciação). É *a priori* de base em Semântica Argumentativa que a *língua* (conceito teórico construído pelo semanticista), nunca foi conceito linear, alfabético, informacional, e muito menos instrumental, porque o sentido (o real) não é linear, não se reduz à informação, e não cabe no conceito limitado e obediente de “código” ou “instrumento”. E neste ponto, Henry (1977, p. 72) mostra um notório desconhecimento teórico do conceito de *língua* ducrotiano, ao afirmar o equívoco de que “Ainda que tenhamos assinalado que Ducrot, por outro lado, critica a concepção instrumentalista da linguagem, é preciso notar aqui que é exatamente uma volta a uma concepção dessa natureza que é realizada”. Explica Ducrot à Henry (1977, p. 194): “o locutor ignora necessariamente o que suas palavras significam”. Ora, como poderia haver um uso instrumental (uma língua-código usada para certo fim) em situações reais de fala (enunciação) cujo “instrumento” é desconhecido pelo locutor? Metaforicamente, tal como não poder dirigir um carro (uso instrumental do carro) não significa garantir a chegada, não poder “dirigir as palavras” (embora exista esse imaginário) não significa garantir seus sentidos. Não dominamos o real, os sentidos dos enunciados, apenas somos parte dele. Como explica Ducrot (apud HENRY, 1977, p. 222), na tentativa de desfazer essa má compreensão henryana, instrumental e nada enunciativa, do conceito de *língua* ducrotiano – cuja sofisticação consiste em calcular o acontecimento discursivo: “o sentido literal não é um meio possível de comunicação: as regras do francês fazem com que nada possamos dizer em francês, se decidirmos nos limitar ao sentido literal das frases ditas”.

De sua parte, Henry (1977, p.77) chega a assumir que não entende bem a riqueza do projeto ducrotiano: “O caráter particularmente ambicioso do projeto deve-se ao fato de que ele deve operar uma certa análise das situações que nós não compreendemos bem em que consistiria exatamente”. O autor chega a aproximar-se de uma descrição do conceito: “a posição do *conceito* de língua, *em seus princípios*, só é compatível com sua subversão” (HENRY, 1977, p. 142). Subversão própria de um conceito mais sofisticado de língua, como o de Ducrot, visto acima, subversão que, em Ducrot, se dá no acontecimento enunciativo (que produz o real do sentido, nunca esgotado, sempre parcialmente perceptível, e sempre através do uso da língua), à época, tratado por Ducrot pelos conceitos de componente retórico, ambiguidade, subentendido, enunciado, enunciação e *démarche* argumentativa; subversão, enfim, que pressupõe versão, e que por isso não escapa de linguagem.

Isto é relevante para o enfraquecimento crítica de Henry, porque apenas a compreensão desse conceito-base, *a língua*, em toda sua sofisticação, apresentada pelas quatro constitutividades acima, conceito tal que organiza o arcabouço teórico e o alcance analítico da Semântica Argumentativa, jamais foi compreendido, e (por isso) sequer foi considerado como objeto de análise por Henry. Aliás, Henry preferiu tecer suas críticas com bases em outra radicalidade: “nós não sabemos o que é a linguagem, cientificamente falando” (HENRY, 1977, p. 142). Ora, se ele afirma não saber o que é a linguagem, e sendo a pressuposição um conceito constitutivamente de linguagem, o método de crítica de Henry se fragiliza, de partida. O autor ainda explicita que também prefere se afastar do uso do conceito de língua: “eu digo linguagem, e não língua” (HENRY, 1977, p. 142). Em outro momento em que se define rapidamente a noção de língua, em Henry (1977, p. 142), ela é simplesmente oriunda de políticas linguísticas: “[...] a formação de uma ‘língua

nacional' é um processo histórico do qual a dimensão do político não é secundária", o que o afasta fortemente do *conceito argumentativo de língua ducrotiano*, definida como potencial de acontecimentos enunciativos que constroem e reconstróem sentidos de relações sociais entre interlocutores, que indissocia o dizer das regras do dizer, que explícita e implícita conteúdos de/em certa coletividade linguística, e que funde as abstrações "para se dizer" do que "foi dito", de fato.

E diante do exposto, é seguro afirmar que, se o portento de Henry foi desconstruir uma noção de pressuposição "da língua", mas desconsiderando tanto suas determinâncias basais ducrotianas, quanto a acepção científica do conceito de língua, tal portento ainda está por se fazer... Ou como preferimos: Henry criticou "outra" pressuposição, jamais a pressuposição de Ducrot.

Assim, pensamos que as discussões críticas de Henry deveriam partir da coerência teórica adequada do conceito de *língua ducrotiano*, sobretudo quando Ducrot desconstrói o conceito de língua-código a partir do conceito de língua argumentativa. Ali, o pressuposto, juntamente com o posto, são "a língua", porque dizer é também não dizer, de modo que a língua é determinada pelo não-dito que se reconstitui através do dito. Ducrot ressignifica a noção de língua nos estudos enunciativos e semânticos, ao afirmar que é preciso "[...] reconhecer uma forma de implícito marcada na própria língua" (DUCROT, 1972, p. 75).

### 3. ESQUIVANDO-SE DE UM OBJETO QUE SE QUER CRITICAR

Outro ponto agravante em críticas científico-linguísticas é o uso de um vocabulário alheio à teoria que se pretende analisar/criticar. Ora, em ciência linguística, tal como a praticamos na atualidade, substituir certas palavras técnicas, desavisadamente, propondo outras palavras que sugerem mudança de escopo, pode acarretar em incoerência de análise e até de área, pois o zelo teórico e o rigor de análise mostram que cada palavra carrega valor de cientificidade e alcance de fenômenos, e cada palavra técnica pode condensar grande envergadura de publicações anteriores. Logo, conhecer o vocabulário constitutivo de um saber é *a priori* processual em ciências da linguagem.

Chama a atenção, nesse contexto vocabular-científico de certo autor, o ineditismo dos termos propostos por Henry para a renomeação da teoria intitulada *Semântica Argumentativa* para "teoria psicossociológica da persuasão e da influência" (HENRY, 1977, p. 73), valendo-se incrivelmente de termos sem recorrência nas obras de Ducrot, ou em suas dezenas de artigos, em suas aulas ou conferências<sup>5</sup>.

"Psicossocial" é um uso discrepante para nomear a teoria argumentativa porque desloca a filiação teórica do arcabouço ducrotiano, ela não pode "ser" uma teoria psicossociológica porque a Semântica Argumentativa se inscreve na Linguística, e não na Psicologia, nem na Psicologia Social – o que não impede envergaduras de diálogos entre saberes, o que não é o caso. O termo "psicossocial", como foi usado, silencia pressupostos técnicos da teoria argumentativa, que se engendra nos métodos e procedimentos da Linguística, da Enunciação, da Pragmática (dos anos 70 e 80), da Filosofia e da Semântica). De outra parte, o psicossocial conclama outros pressupostos (em psicossociologia, o complexo do convívio social do ponto de vista da Psicologia), e confunde e substitui propósitos e objetos de análise (confunde ou provoca a mudança do objeto "argumentação", que está "na língua", e que nesta condição produz "sentidos", para o objeto "psi", ou "inconsciente", ou outros ainda, que não necessariamente estão na

---

<sup>5</sup> Mesmo que Ducrot tenha ocasionalmente feito uso de tais nomenclaturas, o leitor atento de Ducrot saberá que o foi de modo passageiro e sem representação técnica ou teórica.

língua. Além disso, o objeto psi provoca um considerável deslocamento dos estudos argumentativos para os acervos da saúde (efeito que não pode ser ignorado, quando é sabido que a área que usa este termo, por excelência, é a área da saúde<sup>6</sup>), além de distanciar-se consideravelmente do objetivo principal de interesse da Semântica Argumentativa: o cálculo do sentido da enunciação por vias metodológicas de perscrutar marcas da enunciação no enunciado<sup>7</sup> (marcas que, ao contrário do que entende Henry, não precisam ser normativas, nem doxais, nem alinhadas com a “normalidade dos possíveis”, basta apenas que exista um enunciado: “anormal” que for, falho que for, paradoxal que for, para produzir sentido e pressupor). As delimitações conclamadas psicologia e social, na aglutinação psicossocial, afasta-se desses caminhos enunciativos-linguísticos de uma semântica de base argumentativa.

Outrossim, consideremos os perigos e equívocos causados pela eleição desavisada da palavra psicossociológica (quer técnica, quer do senso comum): em Henry, ela tem amparo na noção de língua do *Cours de Linguistique Generale*, citado *ipsis litteris*: “os signos linguísticos, por serem essencialmente psíquicos, não são abstrações, as associações ratificadas pelo consentimento coletivo, e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm seu lugar no cérebro” (BALLY; SECHEHAYE apud HENRY, 1977, p. 15). Mas Ducrot dá sofisticação de cientificidade ao primeiro saussurianismo: para ele, a materialidade linguística (relação entre estrutura/significação) não é essencialmente psíquica, é essencialmente argumentativa, isto é, está “na língua” (objeto da Linguística), e não “no cérebro”, ou no “psi” (objetos da Psicologia, da Saúde) – daí o primeiro nome teórico: Teoria da Argumentação na Língua. Embora essa transposição – objetos da Psicologia para a Linguística, e vice-versa – pareça à primeira vista uma vereda de bom fluxo, aos olhos científicos mais exigentes, pode ser trilha com ciladas. Porque o sujeito, essa fissura de Henry, é ente não-empírico, não físico, e está inscrito em certa materialidade – em Semântica Argumentativa, inscrito na língua, em Psicologia, inscrito no psi. O sujeito (sujeito de e sujeito a) só é sujeito quando é determinado pelo modo de se apropriar da língua para dizer “eu” (no caso de Benveniste, que praticamente inaugurou o tratamento técnico da subjetividade, em ciências da linguagem), pelo modo como é inscrito “na língua e no discurso” (no caso de Ducrot, e já na década de 70), pelo modo como é inscrito “no universo psíquico”, com ou sem relação com a linguagem (na Psicologia), e pelo modo como é inscrito “na gramática e na Psicologia” (entendimento de Henry (1977, p. 15) para o termo Psicossocial), dentre outros modos de subjetividade que produzem / constituem o sujeito. Assim, no caso do livro de Henry, a sutil divergência epistemológica, grosso modo, é que o sujeito inscrito no psicossocial é um sujeito psi, de uma certa sociedade; e ao contrário, o sujeito da Semântica Argumentativa é um sujeito linguístico, próprio de certa comunidade linguística, que está na língua e é produzido por ela. As aproximações e distanciamentos se perfazem nestes contornos, e ainda estão por

---

<sup>6</sup> Mesmo que apresentamos um trecho mais hodierno do termo (distante do período da crítica de Henry), ele é produtivo para se verificar que as recorrências de *psicossocial* se dão, historicamente – mas não unicamente, na área de saúde:

Muitos textos falam de ‘**integração psicossocial**’ referindo-se a um trabalho de apoio ou de reabilitação para adaptação das pessoas uma nova condição de vida. O processo de trabalho bem sucedido no sentido da integração evita isolamento, sofrimento e a exclusão social. As expressões “**adequação psicossocial**” e ‘**adaptação psicossocial**’ e ‘**reabilitação psicossocial**’ estão associadas a essa literatura (PAIVA, 2013, p. 1, grifos nossos).

<sup>7</sup> Embora essa definição tenha se popularizado na década de 80 em *Le dire et le dit* (DUCROT, 1984), pelas noções de *enunciado/sentido* e *frase/significação*, ela já existia na década de 70, em *Dire et ne pas dire* (DUCROT, 1972), através da relação *componente linguístico* e *componente retórico*.

se aprofundar, mas não por se desconstruir um à guisa do outro. Passemos a uma reflexão desse confronto.

### 3.1 O sujeito psicossocial de Henry *versus* o sujeito argumentativo de Ducrot

A proximidade Henry-Ducrot versa que ambos não trabalham os sujeitos “físicos”, empíricos, óbvios, e ambos rejeitam o sujeito como origem do sentido (aquele que diz o sentido), ao contrário, para ambos, o sentido é produzido no acontecimento de dizer que revela seus sujeitos. O sujeito está inscrito nos sentidos, inscritos em uma certa materialidade: para Henry, na relação *objeto real x objeto de conhecimento*, na relação gramático-psi; e para Ducrot, na relação *língua e discurso* (respectivamente frase e enunciado, a partir da década de oitenta). E aí a divergência Henry *versus* Ducrot se instaura, no descuido da expressão técnica “psicossocial”, que acessa e opera o fenômeno do sujeito diferentemente da episteme argumentativa. E por isso a crítica de Henry já tende a ruir de partida.

As associações que, segundo Bally e Sechehaye (já que Henry vale-se de Saussure) constituem-se “no cérebro”, em Ducrot, constituem-se “na (espessura ambígua própria da) língua”, que em Ducrot nunca é transparente, mas perfaz objeto complexo. O potencial de significação e sentido dos elementos de língua provam que o conceito de língua, em Ducrot, não é conceito sem sujeito, mas conceito que prevê, na língua em uso ou fora dele, sujeitos linguísticos, que já ali significam. Mesmo que à época a nomenclatura “sujeito” não era usada por Ducrot, isso não significa a exclusão da constituição de um ente potencial-falante inscrito na língua e na relação com a língua (ainda mais pela forte filiação de Ducrot à Benveniste). Para citar um exemplo, no enunciado ambíguo “Aberto depois das dez” (DUCROT, 1972, p. 147), para além do locutor que o disse (o sujeito que enuncia tais palavras) temos minimamente três possíveis entes potenciais de dizer (sujeitos), ali significados: um possível sujeito prefigurado nesses termos, vindo à luz pela reflexão da antecipação de um componente retórico, cujo conteúdo é (o sujeito que diz) “aberto inclusive depois das dez”, igualmente outro possível sujeito prefigurado também nesses termos, e vindo à luz pela reflexão da antecipação de um outro componente retórico, cujo conteúdo é (o sujeito que diz) “aberto somente depois das dez”, e um terceiro possível sujeito prefigurado pelo componente linguístico, que respeita o conteúdo literal (o sujeito-literal, que diz) “Este restaurante fica aberto depois das dez”. A análise de Ducrot, na década de setenta, ainda faz desdobrar uma série de sujeito que, embora já constantes na língua, e mesmo não nomeados “sujeito”, na década seguinte terão melhor preparo técnico e nome teórico, os enunciadores<sup>8</sup>: as significações (futuras vozes) que concordam, pressupõem, põem, excluem e citam (atitudes caras à Semântica Argumentativa, até hoje) muitos conteúdos nos enunciados. Ora, trabalhar posto e pressuposto, veremos, é considerar quem (o sujeito que) põe e quem (o sujeito que) pressupõe. Estamos dizendo que uma leitura mais fina da rica noção de *língua*, em Ducrot, não se dissocia, mas contém em si a noção subjetiva do *sujeito de língua*, constituído, trabalhado e significado de forma *argumentativa*.

---

<sup>8</sup> Histórico-epistemologicamente, “a questão sujeito”, em Semântica Argumentativa, enquanto ente significado “da, na e pela língua”, perpassou minimamente as seguintes nomenclaturas ao longo dos mais de 50 anos de teoria: o identificável pelo componente retórico, o identificável pelo componente linguístico, locutor, interlocutor, interpretante e destinatário (em *Dire et pas Dire*, na década de setenta), enunciador, locutor e Locutor – próprios da teoria polifônica (em *Le dire et le dit*, na década de oitenta), pessoas do discurso – próprios da Teoria Argumentativa da Polifonia (em *L’entrelacement argumentatif*, em 2011), e atualmente funções textuais, modos enunciativos e argumentações enunciativas (no *Cours de Sémantique Argumentative*, em 2021).

Toda essa envergadura argumentativa do conceito de língua ducrotiano afasta-nos da percepção de um psicossocial enquanto “[...] a necessidade de um casamento da gramática e da psicologia (o que queremos nos outorgar com o desenvolvimento da psicolinguística)” (HENRY, 1977, p. 15) que supõe, no interesse de Henry, trabalhar com um sujeito gramatical (que Ducrot não trabalha) e um sujeito psi (que Ducrot também não trabalha), em detrimento de um sujeito argumentativo, pela e na língua (que Ducrot sempre propôs).

### 3.2 Outras noções inconsistentes para tratar o objeto língua, em Ducrot: persuasão e influência

Avancemos na reflexão dos vocábulos inconsistentes e deslocados de Henry para reescrever a agenda argumentativa ducrotiana, que por isso não consegue descrever nem teoria nem procedimentos em Semântica Argumentativa:

De uma certa maneira, pode-se dizer que Ducrot vira pelo avesso o problema de Frege. Este último procura liberar a linguagem da ilusão e da demagogia que nela se imiscuem devido a certos ‘defeitos’ da linguagem ordinária. Ducrot, ao contrário, parte da ideia de que existe uma necessidade ao mesmo tempo social e psicológica de **ilusão** e **demagogia**, conscientemente desejadas, para fazer a hipótese de que a língua deva necessariamente ser tal que torne possível essa produção voluntária de ilusão e demagogia. É por isso que Ducrot esboça uma teoria da **persuasão** e da **influência** social que não deixa de ter relação com a dos psicossociológicos que quiseram tratar essa questão (HENRY, 1977, p. 72).

Na sequência, outras duas noções de uso bem equivocado, sem lugar em nenhum dos alvos em uma semântica de base argumentativa, são: *persuasão* e *influência*. Elas desfiliam fortemente os propósitos ducrotianos daquilo que são. Tais palavras conclamam epistemologias, áreas e metodologias bem distintas da Semântica Argumentativa (seria a persuasão da retórica aristotélica? ou aquela do discurso jurídico? Ou qual?...). Totalmente ao contrário, para Ducrot, a língua em uso ou fora dele, não tem jamais *a priori* de influenciar ou persuadir. Uma teoria semântica não pode e não deve ser tão limitada assim (no sentido de ser redutível a apenas duas ideias, e de base retórica (ao menos minimamente)). Língua, em Ducrot, é potencial enunciativo de produção de efeito de sentido ilimitado, de modo que essas duas ideias podem ser apenas dois efeitos argumentativos em uma infinidade de outros. Muito da crítica de Henry torna-se ilegítima apenas pelo fato de classificar o conceito e o arcabouço a que se filia a pressuposição, a argumentação, de potencial semântico infinito, em duas categorizações semânticas finitas: influenciar ou persuadir<sup>9</sup>, que em nada relacionam-se com os procedimentos, métodos e análises ducrotianas.

Tal vocabulário produz efeitos que inclusive mudam o foco da crítica, por mobilizarem outros fenômenos no nó da relação teoria/prática, que desfocam o alvo, a pressuposição: pensa-se criticar um conceito que, científico-linguisticamente, sequer foi mobilizado/operado. Ademais, é produtivo trazer à baila a ideia enganosa da persuasão/influência, enquanto direcionamento exato de uma intenção. Por exemplo, no enunciado

---

<sup>9</sup> Uma investigação minuciosa pode revelar, com facilidade, que tais palavras não são do uso cotidiano nas muitas publicações ducrotianas.

<sup>10</sup> Uma exposição teoricamente mais cuidadosa que a de Henry, e que cumpre o propósito de descrever e delimitar o fenômeno da pressuposição em várias escolas, pode ser conferida, por exemplo, em *La Présupposition entre théorisation et mise en discours* (BIGLARI; BONHOMME, 2018), e *Bref aperçu historique des travaux sur la présupposition* (DELOOR, 2012).

(1) João chorou muito vendo aquele filme.

Como se poderia, por bases teóricas seguras, minimizar as chances de “erro” e conseguir a pretensão de se persuadir/influenciar chegando à intenção “verdadeira” (se é que ela existe)? É possível reconstituir, sem vacilos, uma teoria dos alvos intencionais? Este portento não cabe na teoria argumentativa, dado que os construtos “erro”, “verdade” e “intenção” são alheios aos propósitos argumentativos de sua semântica.

Uma melhor exposição da teoria ducrotiana e da pressuposição levaria em conta que descrever a enunciação não é diagnosticar intenções de persuasões e influências, senão descrever o sentido da enunciação levando em conta uma gama situacional e deontológica, pelo menos. E mesmo considerando esses e outros elementos, condições de produção desta enunciação, no processual enunciativo da frase acima, a Semântica Argumentativa ignora questões psíquico-intencionais deste enunciado. Henry ignorou que, para Ducrot, as “intenções” (alvo exato antecipado, espessura exata calculada, planejada, intencionada por um sujeito-persuasivo, não trabalhados por Ducrot) não coincidem com o sentido que irão produzir, quando e se enunciadas, porque o sentido nunca pode ser previsto, nem coincidem com a significação, que só é trabalhada indissociavelmente do sentido. Pois em Semântica Argumentativa, a razão de ser de uma significação, fora de contexto, é possibilitar descrever o sentido em um contexto. Em Ducrot, frase (o literal) é procedimento, nunca secção.

A Semântica Argumentativa não pode ser uma teoria de persuasão e influência porque não se sabe o sentido das significações, até que se os digam... O que se tem, e isso é inegável até para Henry, é que no posto “João chorou muito vendo aquele filme” há os pressupostos insistentes e resistentes “João chorou”<sup>11</sup> e “João viu o filme”. E que no âmbito discursivo, tal frase perde o estatuto informacional (informar a quantidade do choro), para encadear argumentativamente, via contexto e situação: “João é emotivo; Vamos ver outro filme dessa vez; Aquele filme é tão bom que eu chorei; Nunca mais quero ver esse filme...” etc).

Um detalhe que vale nota é que o enunciado acima é de natureza semântica ambígua (expressão caríssima a Ducrot, para tratar do objeto língua). Em enunciados desse tipo, Ducrot (1972, p. 124) observa que posto e pressuposto jogam com a ambiguidade de língua (que o interlocutor, sujeito-leitor, decidirá, quando do uso-leitura): se o foco do locutor for o posto “chorou”, o pressuposto será “João viu o filme”, mas se o foco do locutor for o posto “viu o filme”, o pressuposto será “João chorou”. Tais trabalhos, após o livro de Henry, consolidaram a convenção de que a pressuposição passa a encadear tanto a partir do pressuposto quanto a partir do posto do enunciado base<sup>12</sup>.

#### 4. O “EXTERIOR VERSUS INTERIOR À LÍNGUA”, DE HENRY E O “EXTERIOR E INTERIOR À LÍNGUA”, DE DUCROT

Para além de se arvorar a pacificar essa questão nada pacífica que triangula exterior, interior e língua (que não pressupõe consenso universal nem científico nenhum

---

<sup>11</sup> Uma leitura refinada no tocante à distinção das noções de “argumentação retórica” e argumentação linguística”, que podem confundir os novatos nos estudos ducrotianos, está em Ducrot (2009, p. 20): “Entenderei por *argumentação retórica* a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa” e “[...] a expressão *argumentação linguística*, chamarei assim os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector”.

<sup>12</sup> Um exemplo bem ilustrativo de *le dire et le dit* é “João foi à Alemanha com Pedro”, que ambigüiza posto e pressuposto: se a interpretação for: o (p) é “João foi à Alemanha”, o (pp) será “João estava com Pedro”; mas se interpretar for o contrário, e o (p) for “João estava com Pedro”, o (pp) será “João foi à Alemanha”.

sobre o que é exterior, o que é interior e o que é língua), nossa reflexão, aqui, é produtiva naquilo que confronta os dois autores em tela, tornando melhor compreensível seus alcances teóricos.

Dito isto, recuperemos a inesgotável possibilidade de encadeamentos argumentativos do exemplo anterior, no qual “chorar muito”, “ver o filme”, singularizados por “João”, poder encadear, argumenativamente, uma infinidade de possíveis, como o filme ser bom, não ver o filme etc, dão razão a Henry (1979, p. 77) para nomear essa percepção ducrotiana de “[...] uma formalização da intuição linguística”, própria de Chomsky, segundo ele. Contudo, não levou em conta que o *a priori* da perspectiva argumentativa é que tais intuições “estão na língua, ou partem dela” (e não “na gramática interior, gerativa”), de modo que as intuições argumentativas não são livres, libertas nem libertinas, mas se ancoram em pistas linguísticas, são previstas e estão inscritas nos elementos linguísticos marcados na enunciação (o que, ao invés de fechar o sentido, o abre). A dita intuição (preferimos os termos técnicos implícitos e encadeamento, neste artigo que versa sobre a década de 70, mas que atualmente diríamos blocos semânticos) tem muito a ver, com o que Henry (1977, p. 186) asseverou de modo bem acertado: “dispomos de, ou podemos produzir, um exterior à língua, mas não qualquer exterior; trata-se de um exterior que não deixa de ter relação com a língua, ao mesmo tempo em que é excluído dela”. Em Semântica Argumentativa, esse “exterior que tem a ver com a língua” desdobra-se em duas faces da descrição semântica do objeto língua (limitamo-nos à organização teórica da década de 70): *não é exterior à língua, mas está na língua* (quando se trata de implícitos como a pressuposição, ou componente linguístico) e *é exterior à língua, a partir da língua* (quando se trata de implícitos como o subentendido, ou (à época) encadeamentos, ou componente retórico).

O que não é produtivo é que se determine um objeto complexo como a língua, em perecepções puristas e estanques, de “dentro *versus* fora”, deixando de lado a refinada proposta, tanto de Henry como de Ducrot, de um esforço para a compreensão (que muito ainda deve avançar) de um “dentro-fora”, na e pela língua. Afinal, essa discussão não é tão simples, como resolvem alguns estudos.

Algumas críticas fundadas sobre separação radical entre “dentro *versus* fora da língua” tornam-se truncadas quando nem mesmo os críticos têm certeza sobre o que é e quais são os limites entre “dentro” e “fora” da língua, como assume Henry (1977, p. 187), “impossível que não tem fronteiras determináveis”. Na conclusão do seu livro, Henry (1977, p. 186) apresenta uma conclusão bem ducrotiana sobre essa separação ilusória e impossível: “Não há nada a concluir a partir do que seria propriamente exterior à língua, sem nenhuma relação como que é da língua”. De fato, em Ducrot, as duas possibilidades sempre (co-)existiram, mas nenhuma delas escapa à argumentatividade, isto é, a língua é tal, como vimos em Ducrot, que o dito “exterior” e o dito “interior” já estão previstos de algum modo na língua, porque a estrutura, em Ducrot, não é materialidade ilhada, isolada, ou engessada, é antes potencial dinâmico, ambíguo, deontologia relacional, indissociável da enunciação. Em Ducrot (1972, p. 250), uma palavra não se reduz a letras, mas enunciada, instaura um universo inteiro, que não cabe nessa palavra: “a palavra institui, no momento em que é enunciada, o universo de que fala”. O estruturalismo enunciativo de Ducrot é deveras sofisticado quando assevera que um único nome (a língua) contém potencialmente todo um mundo de objetos (o suposto fora da língua): “o nome, empregado substantivamente, institui sempre, para fazer dele a moldura do diálogo, um mundo de objetos” (DUCROT, 1972, p. 247).

Atualmente, podemos perceber, em Semântica Argumentativa, uma tendência a evitar termos de separação forte “dentro / fora da língua”, talvez à guisa dos *Écrits de linguistique générale* de Saussure, descobertos na década de 90 (mas inseparabilidade

que Ducrot já professava na década de 70 e 80)<sup>13</sup>. Aliás, teorias sobre o sentido, mais refinadas, atualmente fazem ruir essa secção radical dentro/fora com muita maestria, vide a análise de discurso dita francesa, onde o entremeio atribui positividade ao não-contorno.

## 5. A DÉMARCHE ARGUMENTATIVA: O MÉTODO PARA OPERAR O FENÔMENO DA PRESSUPOSIÇÃO

Paul Henry não inaugurou uma crítica à pressuposição, ele apenas buscou dar a ela um teor pecheutiano, porque o fenômeno da pressuposição em situações contextuais, situacionais, paradoxais, problemáticas, agramaticais etc, já é tradição no escopo da literatura pressuposicional mundial.

Parece que o uso do termo “desconstrução” (da pressuposição), alvo de Henry – objetivo bem-sucedido para alguns, má sucedido para outros, e para nós, objetivo sequer realizado –, já foi tratado, na literatura pressuposicional, pela questão da *anulação da pressuposição*, iniciada por Grice, para as implicaturas. Os estudos sobre a *anulação* mostraram com grande propriedade a problemática dos “impossíveis”. Eles se inscrevem no interior da reflexão sobre implicatura e pressuposição, sendo esta segunda, um fenômeno mais robusto que a primeira, de modo que não pode ser negado, segundo Grice. Havia, à época (e assim perdura hoje), ao menos três formas mais convencionais de se pensar uma possível anulação de fenômenos de pressuposição (o que, diga-se de passagem, era algo muito mais engenhoso e trabalhoso de se elucidar)<sup>14</sup>.

A proposta de Ducrot, contudo, como veremos, afasta-se desse contexto clássico sobre os estudos da pressuposição por sua já dita constitutividade argumentativa. Além disso, para Ducrot, a pressuposição é operável não apenas pelo teste clássico “negação/interrogação” à qual ela resiste, mas também por uma *démarche argumentativa*, procedimento basal que Henry ignorou em seu livro.

Para apresentar a *démarche argumentativa* que explicita a pressuposição, valeremos de alguns enunciados clássicos, apenas como exemplos – cientes de que a abordagem ducrotiana não se filia a tais abordagens clássicas, uma vez que Ducrot funda uma nova perspectiva de concepção pressuposicional, a argumentativa.

De partida, lembramos que pressuposição, em Ducrot (1977, p. 77-78) não está condicionada à sintaxe normativa, como sugeriu Henry. Pressupor é antes situar o diálogo na hipótese de que locutor e interlocutor partilham algo *já sabido* (DUCROT, 1977, p. 77-78)<sup>15</sup>. Por exemplo, em:

(2) Paulo tem três filhos. Ele tem quatro, mesmo.

Para Ducrot: persiste a pressuposição (pp) *Paulo tem ao menos dois filhos*<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Os termos técnicos atuais (BEHE; DENUC; CAREL; MACHADO, 2021) são: *pressupostos argumentativos* (o antigo implícito, marcado na língua); e *pressupostos co-significados* (o novo implícito, transversal, não marcado na língua, mas de algum modo sugerido por ela), devido a um complexo argumentativo que prevê significações não diretamente explícitas. Em um curto exemplo (BEHE et al, 2021, p. 177), em “Pedro, que trabalhou, está dormindo”, o “cansaço” é um pressuposto co-significado. Na década de 70, o pressuposto argumentativo era apenas “Pedro trabalhou”.

<sup>14</sup> Para uma abordagem da *anulação da pressuposição* mais coerente com estudos sobre o fenômeno, e com melhor rigor teórico, conferir *L’annulation des implicatures et des présuppositions* (AMSILI, 2007).

<sup>15</sup> Do original (AMSILI, 2007, p. 3-4):

(2) a. Paul a trois enfants. Il en a même quatre.

(3) C’est Kim qui a cassé le vase, mais en fait, personne n’a cassé le vase.

<sup>16</sup> O que determina a pressuposição ducrotiana é aquilo que permite a continuidade do dizer, ela é o fio condutor que garante a evolução do texto.

Ducrot não trabalha noções isoladas. Ele propõe trabalhar (ali, na década de 70) a pressuposição no interior de uma *démarche argumentativa*: [pressuposto (pp); posto (p); e encadeamento ( $\rightarrow$ )]. Por exemplo, acima, o posto (p) “quatro filhos de Paulo” faz reconstituir o (pp) “ter ao menos dois filhos”, que faz encadear, a depender da situação discursiva, quiçá, ( $\rightarrow$ ) “ele tem muitos filhos”, “ele gosta de crianças”, “já é hora de parar de ter filhos” etc. Outro exemplo:

(3) Foi Kim que quebrou o vaso, mas na verdade, ninguém quebrou o vaso.

Para Ducrot: persiste a pressuposição (pp) *Existe um vaso*.

A *démarche argumentativa* ducrotiana é: o posto (p) “pôr a culpa da quebra do vaso em Kim”, e depois excluir tal culpa, reconstitui o (pp) que “existe um vaso”, e encadeia ( $\rightarrow$ ), por exemplo, “não se pode culpar Kim”, “não há provas sobre a culpa de alguém”, ou “tudo foi um equívoco” etc.

Enquanto os estudos clássicos sobre a anulação da pressuposição, dos quais nem Ducrot nem Henry se filiam, debruçam-se sobre discursos ditos mal formados (os impossíveis de Henry seriam também exemplos), eles são importantes porque nos possibilitam observar que tais enunciados, ditos mal formados, ressentem de uma abordagem para além da consideração explícitas para se fazerem compreender. Em Semântica Argumentativa, no acontecimento enunciativo, o fora da língua incomoda a intralingua (seja qual episteme esses termos reclamarem: história, ideologia e opinião, para Henry; e situação, contexto e deontologia, para Ducrot). Em Ducrot, vemos que a anomalia pode extrapolar a sintaxe, e migrar para o nível da coerência discursiva e pertinência (o que motiva que os problemas clássicos sobre enunciados dito mal formados filiem-se à teorias semânticas). Nesta seara, Ducrot contribui com a sofisticada *démarche argumentativa*. Vejamos outros enunciados clássicos, que a tradição clássica nomeia como fenômeno de suspensão e meta-anulação da pressuposição<sup>17</sup>:

(4) Se João é casado, eu tenho pena da sua mulher.

Para Ducrot: persiste a (pp) *Existe a possibilidade de ter uma mulher*. Algumas construções com “se” reconstituem pressuposições com “poder”, pois frases hipotéticas levantam pressuposições hipotéticas.

A *démarche argumentativa* ducrotiana é: põe-se (p) “a lamentação sobre a hipótese de alguém ser mulher de João”, que reconstitui (pp) “a possibilidade de João ter uma mulher”, que leva a encadear ( $\rightarrow$ ), por exemplo, “não é bom ter João por marido”. A constituição de um sujeito-argumentativo dar-se-á na e por essa tríade. Tal como nos outros casos apresentados.

Interessante dizer que o fenômeno da “suspensão”, termo da teoria clássica para enunciados como esse, que para Henry (1977, p. 185) é o ordinário da linguagem que “deixa escapar um certo impossível”, em Ducrot, marca um fenômeno estranho, mas possível: ameaça-se a clareza da pressuposição pelo conteúdo da estrutura, mas tal ameaça perde a força diante da condicional “se”. Isto é, hipotetiza-se a pressuposição (o que não significa eliminar a pressuposição). Tomemos outro enunciado, ainda dos estudos clássicos:

---

<sup>17</sup> Sobre estas duas formas de perda de pressuposição, lemos no original: « la phrase A est enchâssée dans une structure complexe, et la présupposition n'est pas toujours portée par la structure dans son ensemble » (AMSILI, 2007, p. 5).

(5) Se Fred parou de bater em Zelda, então Fred não se ressentir mais da infidelidade de Zelda<sup>18</sup>.

É interessante considerar que a vertente clássica<sup>19</sup> defendia uma hipótese de pressuposições cumulativas – que já foi abandonada –, tais como os estudos de Karttunen (1973) entendiam, nesse enunciado, que se acumula a (pp<sup>1</sup>) da cláusula antecedente *Fred batia em Zelda*; e a (pp<sup>2</sup>) da cláusula conseqüente *ela estava sendo infiel*. No que nos interessa, no modo como Ducrot trabalha a (pp), impera intocável a (pp): *Fred e Zelda têm um relacionamento*.

A *démarche argumentativa* ducrotiana é: os postos (p) “parar de bater em Zelda” e (p) “não se ressentir mais da infidelidade dela”, que reconstitui o (pp) de “certo relacionamento entre Fred e Zelda”, leva a encadear (→) que “Fred batia em Zelda por causa da infidelidade dela”, ou que “Fred é um homem violento”, ou ainda que “Zelda é vítima de violência doméstica”, dentre outros.

(6) Ele não é grande, ele é gigantesco!

A tradição clássica defendida por Amsili (2007) – a qual não nos filiamos, mas é produtiva para vislumbrar os modos de identificar elementos pressupostos, em distintos métodos, diferentes do argumentativo, vê aqui um caso que envolve negação metalinguística de um enunciado em relação a uma implicatura de quantidade, e não a uma pressuposição.

Já para Ducrot, pode-se pensar na pressuposição (pp) *Ele não é pequeno*. De nossa parte, a *démarche argumentativa* ducrotiana é: exclui-se a grandeza para por (p) “uma estatura mais alta”, que reconstitui o (pp) de que “ele não é pequeno”, para encadear (→), por exemplo, que isso é “favorável para uma entrevista em time de basquete”, etc.

No sentido griceano, a meta-anulação não pode negar a pressuposição. Mas ela exige que se encontre este fenômeno com maior rigor: o pressuposto resiste diante de estranhezas diversas postas pela negação.

No que concerna à anulação da pressuposição pela meta-anulação, o caso é mais complexo e confuso, dada a riqueza de construções enunciáveis por “não” (é realmente incrível como se pode dizer tudo que se diz através de frases negativas<sup>20</sup>). O que distingue a meta-anulação das anteriores é que a presença de uma negação é exigida, e duas frases não podem ser simplesmente justapostas, mas índices sintáticos ou prosódicos devem construir uma negação metalinguística, cuja ideia base é “dizer o que se diz negando”.

Estamos selecionando enunciados na linha das (más) formações escolhidas por Henry, para deflagar o que ele chama de impossíveis (defeito entre linguagem e língua), isto é, “Esse impossível, enquanto defeito na relação da linguagem com a língua, é aquilo porque a língua existe, sua própria razão de ser” (HENRY, 1977, p. 187). O que, para ele, leva a concluir que língua é objeto que escapa aos linguistas. Nessa linha, um outro enunciado clássico é igualmente interessante:

---

<sup>18</sup> Do original: “If Fred has stopped beating Zelda, then Fred no longer resents Zelda's infidelity” (KARTTUNEN, 1973, p. 172).

<sup>19</sup> A hipótese cumulativa, formulada em Langedoen e Savin (1971), é aquela que assevera que todas as pressuposições idealmente disparadas por gatilhos se convertem em pressuposições efetivas dos enunciados em que figuram. Não demorou para que essa hipótese fosse derrubada por uma série de contraexemplos, constituindo o que convencionou chamar de problema da projeção de pressuposições. Agradeço as contribuições de meus pareceristas para elaborar essa nota.

<sup>20</sup> É recomendável o rico estudo sobre a negação *A natural history of negation* (HORN, 2001).

(7) Eu não sou a filha dele, ele é meu pai!<sup>21</sup>

É perceptível que as duas partes do enunciado vão em direções semânticas distintas. Mas para Ducrot, pode-se pensar na pressuposição (pp) *Há uma relação biológica entre eu e ele*. Aqui, a *démarche argumentativa* é: exclui-se “a filiação” para por (p) “a paternidade”, que reconstitui o (pp) da “relação biológica”, encadeando (→) que “a relação entre pai e filha não é afetiva”, ou “que a filha em questão não quer ou não precisa da paternidade”, dentre outros.

Em suma, a *démarche argumentativa*, que constitui a *pressuposição argumentativa* de Ducrot, faz ver que a desconstrução dessa pressuposição, tanto por um caminho vocabular alheio que instaura outras vias técnicas, quanto ignorando a riqueza da literatura sobre a pressuposição em cenários adversos, é tarefa inconsistente porque desloca objeto, método, procedimentos e pressupostos teóricos. Nosso leitor vai percebendo, gradativamente, que a pressuposição argumentativa não foi ré da crítica de Henry, porque a essência da “argumentação” foi desconsiderada por ele.

## 6. A PRESSUPOSIÇÃO ARGUMENTATIVA DE DUCROT: O CONCEITO QUE ESCAPOU A HENRY

É produtivo nessa pesquisa que exponhamos essa pressuposição ducrotiana, que nunca foi objeto da crítica de Henry. Por um lado, esquivar-nos-emos de uma longa “pressupostografia” ducrotiana<sup>22</sup> que recupera relevâncias de Frege, Baker, Strawson, Collingwood, Austin, Russel e Fillmore, dentre outros; e por outro, não nos furtaremos a uma exposição de maior e melhor rigor teórico sobre o *funcionamento da pressuposição argumentativa no discurso*, durante os anos 70, espessura que escapou a Henry e que reivindica nossa hipótese: Henry não desconstruiu a pressuposição argumentativa (sequer nela tocou), mas tentou desconstruir certos funcionamentos que chama “defeituosos” ou “impossíveis”, baseando-se em uma abordagem nada argumentativa, que chamaremos pressuposição-defeito, respeitando a nomenclatura de Henry (alguns aspectos mais preliminares e menos argumentativos da primeira, que não conseguiu refletir).

A exposição a seguir traz contornos bem sofisticados, mas pouco difundidos nos manuais de semântica. Primeiro ponto: a descrição semântica de Ducrot é uma descrição da enunciação. É importante que se considere, anteriormente a qualquer crítica à Ducrot, que ele é um linguista da enunciação, porque, na sua semântica linguística, o real (sentido, próprio da língua em uso) e o conhecimento do real (significação, próprio da língua fora de uso) não são separáveis, a não ser por procedimentos dos analistas, tal como vimos. Vejamos uma das primeiras definições sobre a descrição semântica de Ducrot (1972, p. 116):

entendemos a descrição semântica como um conjunto de conhecimentos que permitem prever o sentido que recebe efetivamente cada enunciado da língua em cada uma das situações em que é

---

<sup>21</sup> Do original:

a. Il n'est pas grand, il est gigantesque !

b. Je ne suis pas sa fille, il est mon père ! (AMSILI, 2007, p. 7).

<sup>22</sup> Recomenda-se, para uma exposição de maior envergadura sobre o par pressuposto / subentendido, nosso artigo “50 anos da pressuposição” (MACHADO, 2019), o artigo “Pressupostos e subentendidos segundo a Teoria da Argumentação na Língua” (LEBLER, 2016), e os capítulos “A pressuposição na ADL” e “A pressuposição na TBS”, respectivamente de Carel e Cabral (BEHE; DENUC; CAREL; MACHADO, 2021).

empregado (o caráter utópico desse objetivo não prova que ele não seja útil como horizonte de trabalho).

Toda teoria ducrotiana reflete sobre calcular o valor da enunciação através de marcas estruturais (que não precisam ser explícitas nem normativas, refinamento vagamente trabalhado por Henry). O que nos permite averiguar, sem entraves, que Ducrot alicerçou uma teoria enunciativa, com foco em análise de discurso, ao contrário do que alguns manuais dizem. Veremos nesta seção, esta especificidade mais discursiva da argumentação, expansiva, textual, própria da prática enunciativa.

Ducrot tem como proposta refletir e tentar (inicialmente) formalizar uma *estrutura do discurso* – o que não significa (é bom que se situe, para leitores iniciantes de Ducrot), mudar a constitutividade nunca engessada dos efeitos irrepetíveis e imprevisíveis do discurso. Senão considerar que algo linguístico mantém a desenvoltura dos discursos. Isto faz toda a diferença.

A tese ducrotiana de partida é: todo discurso, de fluidez constitutiva e de difícil delimitação, pauta-se em uma estrutura. Isto é, a “raíz” dos discursos são, dentre outros elementos pouco conhecidos, grupos de pressupostos.

Nesta hipótese, Ducrot compreende que *o fenômeno da coerência textual se constitui de pressupostos*: para Ducrot (1972, p. 101), não há enunciados isolados, mas todo enunciado integra um texto, e todo texto só existe porque partilha pressupostos que “[...] garantem (com outras condições mal conhecidas) que as falas pronunciadas pertencem ao mesmo diálogo, constituem um único texto – e não uma coleção de enunciações independentes”. O pressuposto, em perspectiva discursiva, torna-se noção textual que garante uma leitura de texto, que é uma leitura de grupos de enunciados. Para um exemplo de Ducrot (1972, p. 91), seja o posto (p), o texto-diálogo:

- (8) Locutor 1: Vejam, João atualmente não come caviar no café da manhã.  
Locutor 2: Ah, isso com certeza é porque ele tem medo de engordar.  
Locutor 3: Eu penso diferente, isso é porque ele perdeu o emprego.  
Encadeamentos: (→)  
Locutor 1: Pois ele quer emagrecer.  
Locutor 2: para mim, é porque ele vai adotar hábitos mais modestos.

Em todo o desenvolver do texto acima, mantém-se o seguinte pressuposto, estrutura do discurso:

Pressuposto (pp) – [João antes comia caviar no café da manhã]<sup>23</sup>.

Por mais que o diálogo acima se desdobre em qualquer direção, o algo que o mantém enquanto unidade e condição de *continuidade* é o (pp) acima.

*Pressuposição e texto* aproximam-se naquilo em que seus fenômenos se constituem pela *unidade de sentido*: no que tange à primeira, “a noção de pressuposto não pode ser aplicada de maneira isolada, mas somente no interior de uma tentativa global de descrição semântica” (DUCROT, (1972, p. 116); no que tange à segunda, um texto é: “[...] uma cadeia linguística falada ou escrita formando uma unidade de comunicação” (DUCROT; SCHAEFFER, [1972]1995, p. 594).

A insistência/resistência do (pp) se dá mesmo se alguém tentar “mudar o pressuposto”, mudando o assunto, com um “você viram o filme de ontem?”, para

---

<sup>23</sup> Dito de forma mais técnica, a pressuposição argumentativa, no discurso, possibilita uma leitura global de textos, pois tem mais a ver com a tênue e não óbvia – mas existente – *linha condutora do discurso* (DUCROT, 1980, p. 89). Linha essa pela qual “nós podemos então compreender a unidade do texto que, de início, era pouco aparente” (DUCROT, 1980, p. 91).

produzir o efeito de sentido de “não quero falar sobre o porquê de *João não comer mais caviar*” (ou seja, mantém-se o pp). Rejeitar um pressuposto, ou odiar um pressuposto, é ainda ter conhecimento desse pressuposto. Silenciar, mudar de assunto, evitar conteúdos, reforçar leis de não-dizer etc, não anula o pressuposto. O silêncio significativo do pressuposto interfere no posto discursivo, do diálogo, do monólogo, do texto, da escrita, da prática linguística, enfim. De modo que Ducrot propõe, tendo por base certa percepção mais estática (estrutural) no movimento linguístico (o discurso), uma hipótese de análise estrutural do discurso:

Do mesmo modo que a sintaxe estrutural caracteriza um morfema por suas combinações possíveis com outros morfemas, poder-se-ia pensar numa análise estrutural do discurso que definisse os enunciados em relação aos outros enunciados que possam estar-lhe vizinhos (DUCROT, 1972, p. 91).

Uma análise estrutural do discurso que tem principalmente e inicialmente, o conceito central de pressuposto, observado no discurso (distinto do pressuposto observado na frase ou no enunciado). Para o linguista, o pressuposto é, de alguma forma, condição para o livre curso do discurso posto. A tese basal é: *não importa a direção que toma o discurso, sequer seus infíndos efeitos de sentido. O pressuposto lhe é condição de continuidade, de direção, de defesa ou polemização, de direção e existência, portanto.* Como explica o linguista: “Quanto aos pressupostos, se têm alguma função, é como condição de coerência” (DUCROT, 1972, p. 101). Assim nasce a tese da pressuposição estrutural discursiva:

Para compreender o fenômeno da pressuposição, devemos então liga-lo à ideia de que o discurso (e não somente o enunciado) tem uma estrutura, e de que a conservação dos pressupostos é uma das leis definidoras dessa estrutura (DUCROT, 1972, p. 102).

A pressuposição organiza discursos. O discurso, como vimos no exemplo, não é livre, no sentido de inexistência de bases que lhe direcionam. O discurso não é uma “anarquia de dizer” (o próprio “desconsiderar regras” é um pressuposto para discursos anárquicos). As pressuposições põem em cheque a liberdade do ouvinte, caso ela queira prosseguir com o discurso: “Quando se introduzem pressupostos num enunciado, fixa-se, por assim dizer, o preço a pagar para que a conversação possa ser continuada” (DUCROT, 1972, p. 102).

O exemplo acima ilustra bem duas condições que o discurso (como monólogo ou diálogo) tende a satisfazer (DUCROT, 1972, p. 98): um progresso e uma coerência. O progresso está no nível do posto: a cada enunciação, novos conteúdos devem apresentar-se, evitando-se repetições; A coerência está no nível principalmente do pressuposto: os enunciados não são um emaranhado de frases sem nexos, mas significam em conjunto, de forma una (parágrafos significam, textos significam), pautados por eixos centrais de pressupostos que fazem a enunciação progredir, e pautados por conteúdos que, vez ou outra, devem ser repetidos no decorrer dos discursos.

Pode-se dizer que o discurso, produzido pelo acontecimento linguístico que surge da enunciação, põe em tela o seguinte fenômeno linguístico: partilhar certo pressuposto quando se enuncia certo enunciado (fenômeno inevitável, já que todo posto existe a partir de pressupostos) é na verdade escolher uma categoria de enunciados suscetíveis de continuar este enunciado, ou uma categoria de enunciados incapazes de continuá-lo.

Ademais, a qualificação argumentativa da pressuposição é tal que o texto lhe é consequência imediata, já que continuidade de discursos é uma das certezas do acontecimento enunciativo. Assim, o valor semântico de um enunciado só pode ser descrito enquanto uno a outros enunciados, enquanto parte integrativa de um discurso:

Partiremos da ideia de que, em sua maior parte, as frases pronunciadas se mostram como partes integrantes de um discurso mais amplo, como continuação de troca de falas que as precedeu (são então respostas, objeções, confirmações...) e, por outro lado, como exigências de discussão ulterior, a pedir para serem completadas, confirmadas e ponderadas, para servir de base a deduções... (DUCROT, 1972, p. 90-91).

Vê-se que, em uma primeira abordagem sobre o que é o discurso, para Ducrot, temos: a continuidade, o fenômeno da pressuposição que “costura” a diversidade linguística (a coerência argumentativa), a relação anterior-ulterior imposta por pressupostos e seu efeito de não-vários, o sentido uno dos vários enunciados oriundos de pressuposições e outros elementos que unificam a leitura uma de uma dispersão linguística, aquilo que causa o efeito do pertencimento de menores (a frase) à unidades maiores (o discurso); aquilo que é permanente entre enunciado em relação a outros enunciados; o eixo que causa o efeito de ter que continuar tal discussão. E a pressuposição é um dos elementos, em linguagem e enunciação (no nó teoria/prática) que elucida essa unidade discursiva. Tais são as primeiras percepções para o tratamento do discurso e sua estrutura, em Ducrot.

É notória a não compreensão de Henry sobre o potencial discursivo do conceito de *língua* ducrotiano, espessura que dá potencial discursivo à pressuposição, vislumbrável por *démarches* argumentativas e leituras unas de dispersões linguísticas que compõem um texto. Tal reflexão acima afasta veementemente certas afirmações de Henry sobre a epistemologia de Ducrot, como o trecho notadamente equivocado: “a concepção da língua em Ducrot se casa com uma concepção extremamente restritiva da discursividade” (HENRY, 1977, p. 95). Aliás, e interessantemente, diga-se de passagem, bastaria uma leitura cuidadosa de *Dire et ne pas dire*, para desfazer a maioria dos contra-exemplos de Henry.

## 7. A PRESSUPOSIÇÃO-DEFEITO DE HENRY

Nesta parte da pesquisa, explicitaremos a incompatibilidade entre o par: a *pressuposição-defeito* henryana (desconstruída pelo livro) e a *pressuposição argumentativa* ducrotiana (não abordada no livro). Henry aproxima-se de Ducrot quando identifica certo afrouxamento na noção de pressuposição ducrotiana, mas se afasta dele quando compreende ali um defeito, identificado por um raciocínio próprio, por um método e episteme distintos do argumentativo, apresentados pela palavra defeito. Vejamos um e outro.

De partida, Henry dá um adjetivo ao tratamento da pressuposição de Ducrot: *frouxa*: “esse conteúdo teórico [de Frege e Strawson] foi substituído por uma definição inicialmente muito **frouxa de pressuposição**” (HENRY, 1977, p. 57, grifos nossos); De fato, se por afrouxamento o autor compreendeu uma espessura menos engessada de cálculo da pressuposição, afastando-a de um mero exercício de “negação-interrogação” referencialista, com vistas a “limpar” ambiguidades e expulsar elementos embaraçosos do sentido, como em Frege, o adjetivo “frouxa” está correto.

Por outro lado, para Henry (1977, p. 187-188, grifos nossos), a definição da pressuposição de (como ele, por outras áreas, lê) Ducrot, propõe o adjetivo de pressuposição “defeito”, defeito este que é o próprio da língua (que falha na relação com a linguagem):

Com o impossível ninguém tem compromisso, salvo o linguista. Esse impossível enquanto **defeito** na relação da linguagem com a língua, é aquilo por que a língua existe, sua própria razão de ser. O objeto dos linguistas está sempre a ponto de lhes escapar.  
[...]

Em todo caso, a pressuposição introduz, no registro daquilo que se pode dizer ou não, uma dimensão que não coincide com a que estrutura o objeto dos linguistas. **Trata-se de um defeito da linguagem na sua relação com a língua, de um defeito que embaraça os linguistas.** Por que *Pierre não desconfia que Jean virá* é possível, enquanto *Eu não desconfio que Jean virá* não o é?

O impossível, ou defeito, para a definição henryana, vem da comparação entre enunciados: é possível “Pierre não desconfia que Jean virá” e não é possível “Eu não desconfio que Jean virá” (sem delimitar o que é “possível / impossível”, para qual perspectiva ou teoria eles assim o são). O que nos parece dizer que Henry condiciona sua pressuposição-defeito a questões doxalizadas e não-ambíguas, e não ao implícito linguístico ou discursivo, e sequer à coerência ou ao sentido uno de um texto. A pressuposição argumentativa, aquela não tratada por Henry (mas que ele pensa tratar), em momento algum, desde os anos 70, condicionou significações pressupostas a um compromisso existencial com a doxalidade. Senão vejamos mais detidamente:

(9) Eu não desconfio que Jean virá

É inegável que essa disposição estrutural, sintaticamente bem disposta, é semanticamente indisposta, mas não o suficiente para anular uma pressuposição de bases argumentativas. O que é fato, sem dúvida, é que tal pressuposição torna-se “menos lógica”, tal como seu posto é “menos lógico” (em um sentido nada técnico desse termo, como Ducrot dele faz uso). Cabe aqui uma reflexão mais argumentativa, não realizada por Henry.

Apresentaremos uma pequena reflexão, das muitas possíveis, para esse enunciado, com vistas a evidenciar sua operabilidade argumentativa pelo construto pressuposicional. O posto (p) “Eu não sei sobre a vinda de Jean” faz reconstituir o pressuposto (pp) “Jean virá”. O que não é impossível em Semântica Argumentativa, já que essa frase (fora de uso) é própria, por exemplo, da deontologia de língua sobre “fingimento”, que, ao enunciada, sua situação pode ser “vou fingir que não sei da vinda de X”; a frase ainda reconstitui deontologias-significacionais sobre “festas surpresas descobertas por aniversariantes”, cuja situação pode ser “vou fingir que não desconfio da vinda dos convidados”. Caso algum amigo quisesse sondar o grau de surpresa da festa, perguntasse “sabe de algo que acontecerá essa noite?”, uma resposta hilária poderia ser justamente essa: “eu não desconfio que alguém virá à minha casa”. No que tange ao fenômeno pressuposicional, portanto, a (pp) de (9) resiste e insiste, tanto no nível frástico (da língua fora de uso), quanto mais facilmente ainda no nível enunciativo (da língua em uso). Esta interpretação argumentativa não descategoriza a pressuposição, senão lhe reclama um texto para que a (pp) ali exerça coerência, seu principal papel.

Henry (1977, p. 189) é categórico ao afirmar que a base do impossível nesse enunciado (9) é:

Esse sujeito que não pode estar dividido entre saber e não saber, que só pode saber, é aquele que chamei precedentemente de ‘sujeito universal’. Donde eu concluiria que a questão da existência da pressuposição *na* linguística supõe o sujeito universal ao qual, por essa mesma questão, se acha identificado o ‘sujeito falante’ considerado enquanto sujeito da língua. Sem essa identificação, a questão da pressuposição simplesmente não se configura.

Henry põe uma condição radical em enunciação e em linguística: *o sujeito precisa saber*. Senão, não pode falar. Assim, Henry condena Sócrates no seu enunciado “Só sei que nada sei”. Mas Ducrot, neste mesmo livro (DUCROT apud HENRY, 1977, p. 194), em resposta, esclarece que *aquele que fala é diferente daquele que diz*:

Introduzir o sujeito na teoria da enunciação é, para Paul Henry, crer que o agente da enunciação, isto é, o locutor, aquele que constrói um enunciado e o pronuncia, é o autor e o responsável pelo

sentido transmitido pela enunciação; é portanto crer que aquele que fala é também aquele que diz. [...] Para que eu pudesse ser a origem do sentido de minhas palavras, seria necessário efetivamente que primeiro eu pudesse, no momento em que falasse, conhecer esse sentido, estendê-lo diante de mim. O que é impossível, na medida em que ele depende da situação, e em que esta, ao envolver-me, escapa-me [...] **O locutor ignora necessariamente o que suas palavras significam.**

Assim, Ducrot dá fineza ao tratamento paradoxal do sujeito em linguística e em enunciação. Temos aqui uma prévia daquilo que Ducrot já pensava, e tornar-se-ia, na década de oitenta, a teoria polifônica. Diferente do sujeito-onisciente de Henry (mesmo que ele o negue, é isso que está defendendo), aquele que fala é apenas um ente enunciativo locutor, mas ele não é a origem do sentido, efeito esse que depende das situações que nos escapam. Ao se falar (por exemplo, “Eu não desconfio que Jean virá”) está-se dizendo algumas coisas (por exemplo, pressupondo um não-saber e pondo um saber, que encadeia uma reflexão (sem resposta, o que não é problema) sobre o que não se sabe do que sabe, e vice-versa).

Temos aqui novo embate teórico-enunciativo: de um lado temos “o sujeito que sabe e fala”, de Henry (que ele prefere chamar sujeito universal), do outro, temos “o locutor que não sabe, mas fala”, de Ducrot (que à época, se desdobrava em um esboço de ao menos dois sujeitos: um um que “fala” (o locutor) e um que “diz” (outro sujeito inscrito no enunciado)). Em Ducrot, os processos de subjetivação constroem-se em meio ao acontecimento enunciativo, por um locutor cuja especificidade é ignorar o que suas palavras significam. O resultado dessa ignorância semântica, enunciada? Uma produção de sentido que o sujeito não pode prever (para Ducrot), ou a instauração do real (para Henry). Enquanto Henry organiza seus trabalhos sobre o eixo “objeto de conhecimento e objeto real”, Ducrot os organiza sobre o eixo (des)conhecimento do objeto (a significação das palavras) e sentido da/na enunciação<sup>24</sup>.

Doutra ponta, pela exposição em (9), parece que a apreciação possível/impossível observada por Henry, neste exemplo específico, só se sustenta pela dimensão do doxal, do óbvio, que determina as comunidades linguísticas do senso comum e suas línguas, doxalidades e obviedades essas as quais a pressuposição argumentativa não mantém compromissos.

Mesmo desconhecendo as palavras que usamos, a língua é tal que há imensurável capilaridade da significação presente na superfície estrutural, quer por construções doxais ou gramático-normativas, quer por peripécias paradoxais, ambiguidades ou de non sense. Assim, não importa o que alguém fará com a língua, lá se produzirá sentido, que escapa ao locutor e se recupera pelo interlocutor, e pressuposição, partilhada entre interlocutores, que ali insiste e garantirá a continuidade do dizer. Em pressuposição argumentativa, diante do menor entrelaçamento de significações frasais, ou diante da menor possibilidade de simulação fictícia, tal como elaboramos acima em (9), é recuperável a materialidade semântica pressuposicional implícita e estranha, no posto explícito estranho. Pois o estranhamento não impede a continuidade do diálogo, mas pode ser a própria condição pressuposta do modo de continuar esse discurso, já que a continuidade é uma das determinâncias da pressuposição argumentativa.

É produtivo aqui por relevo em um mérito de Henry. Ele demonstra alto refinamento ao identificar o existente defeito na relação “linguagem e língua”. Bastaria uma rápida comparação entre linguagem, no geral, e línguas institucionais (como chama Henry), tais como português, alemão, francês etc, para observar que elas todas possuem limites, travas e falhas para certas questões (defeitos que embora as constituem, não lhes

---

<sup>24</sup> É interessante marcar aqui que, em 2011, Marion Carel chegou a acatar parcialmente a ideia de Henry ao propor um sujeito (para ela “pessoa do discurso”) que nomeou “universal”, na sua obra *L'entrelacement Argumentative*.

tocam os seus pressupostos). Para ilustrar com um pequeno exemplo, o defeito de toda língua institucional, daqueles do tipo “não sei como lhe dizer isso” (em português), “I don’t know how to say that” (inglês), ou “Je ne sais pas comment te dire ça” (francês), pressupõe a intocável (pp) pressuposição de linguagem: “eu posso lhe dizer isso”, reconstituído pelo posto (p) “só não sei como”. Nesse caso, o encadeamento de tal diálogo garantir-se-á pelo pressuposto da possibilidade do dizer, pelo rearranjo, como gestos, desenhos, mímicas ou metáforas, próprias da linguagem. Defeito de língua institucional, portanto, que na relação com a linguagem mantém a pressuposição.

Ademais, vimos que a metodologia de Henry para tentar desconstruir um conceito que opera sobre um fenômeno (aliás, não fica claro se ele pretendeu desconstruir um conceito teórico que opera um fenômeno, ou um fenômeno), a pressuposição, baseia-se sobretudo em apresentar alguns enunciados identificando-lhes falhas no tocante a alguns modos não ortodoxos (não técnicos, como diz Henry) de se identificar pressupostos, ou partem da dificuldade de se identificar pressuposto e posto no estatuto da relativa em enunciados ambíguos, como em “Os sindicatos que defendem os trabalhadores conclamam à greve” (HENRY, 1977, p. 68). Estranhezas essas que são trabalhadas mais profundamente e de outra maneira, tanto pela abordagem da pressuposição clássica quanto pela abordagem argumentativa da pressuposição, como vimos.

Ainda outro enunciado trazido por Henry:

(10) a mesa pensa em você.

O problema levantado por Henry (1977, p. 42), no seu entendimento da teoria da gramática, é que, para esta teoria, o verbo pensar não pode ser aplicado a um ser inanimado. O que seria um problema para a pressuposição, já que este enunciado pressupõe que “a mesa pensa”, que fugindo do doxal, pode ser um problema para a pressuposição. Já para a pressuposição argumentativa, a ducrotiana, que nunca é operável isoladamente, como aborda Henry, tal enunciado não perfaz impossível nem incorreção (termo da gramática, usado por Henry), mas evidencia uma démarche argumentativa que opera co-noções do fenômeno: ele reconstitui um pressuposto (pp) de algum mundo possível: “a mesa pensa”, apresenta um posto (p) “pensa em você”, ilustra um encadeamento “a mesa é convidativa para que se sente à ela”, por exemplo, e produz um sentido (o efeito de real, por exemplo, a mesa participa da vida de seu usuário, de modo que fala-se dela como algo animado). E nesta direção, vão as teorias semânticas mais exigentes e refinadas.

A frágil pressuposição-defeito também falha diante de determinações normativas de certo e errado: “a gramática deve, portanto, permitir a definição – para uma frase julgada incorreta do ponto de vista da língua – de quais foram as regras de gramática que foram infringidas” (HENRY, 1977, p. 42). Sempre de outra ponta, a pressuposição argumentativa de Ducrot – bem como todo o rol de estudos mais profundos sobre a anulação e projeção da pressuposição clássica, ignorado por Henry – não nutre tais compromissos estéticos ou normativos, e exploram alvos que ultrapassam a normatividade ou a disposição sintática ortodoxa. Se “o desvio em relação à gramática não implica a impossibilidade de atribuição de sentido ou significação” (HENRY, 1977, p. 42), dado que a pressuposição se ambienta “no” sentido e “na significação”, sua presença resiste e insiste, em língua em linguagem e em discurso. Desvio gramatical algum extermina pressuposições argumentativas. Nesse trecho, é mérito de Henry por em relevo a produção de sentido diante da enunciação, acontecimento pela norma ou pelo desvio da norma. Aqui sim, o crítico aproximou-se da noção ducrotiana, faltando apenas desenvolver tal aspecto argumentativo do fenômeno pressuposicional.

A preocupação ducrotiana ocupa-se do implícito existente no explícito, que transcende ortografia, cacografia, gramaticalidade ou agramaticalidade, algumas das facetas da linguagem. É perceptível, por isso, que Henry trata do conceito de *semântica* de modo distinto de Ducrot. O que também enfraquece suas críticas ao linguista francês.

### 7.1 As cinco determinâncias da pressuposição argumentativa que Henry não considerou

Refinemos o estatuto da falha pressuposicional em Henry. O que não significa que discordamos, em tese, da atenção reclamada ao discurso e à subjetividade, senão que, por melhor acuidade teórica, evidenciamos que ele tratou de uma pressuposição bem própria, frágil, que se desconstrói rápido, à guisa de exemplos que chama “malformados”, sem considerar ao menos cinco modos de resistência e insistência da pressuposição ducrotiana, inegáveis até em seus exemplos. De modo não marcado, vimos a totalidade destas constitutividades ao longo desta pesquisa (à exceção da última (v), que desenvolvemos em Machado (2021):

- (i) a *continuidade* do dizer imposta pela pp,
- (ii) a *coerência* do dizer imposta pela pp,
- (iii) a significação ou sentido *partilhado* entre interlocutores devido à pp,
- (iv) a *obrigatoriedade* da interlocução imposta pela pp, e
- (v) a *transformação* das relações entre interlocutores produzidas pela pp.

Tomemos um enunciado usado por Henry (1977, p. 46), agora do tipo paradoxal, para ilustrar essa pêntade argumentativa pressuposicional:

(11) o homem que morreu ontem bateu à porta.

Do ponto de vista da pressuposição argumentativa, a *démarche* argumentativa não encontra problema em por (p) “o homem bateu à porta” e pressupor (pp) “o homem morreu ontem”, para encadear (→) “isso é assustador!”, ou “como isso é possível?”, por exemplo. Como temos dito (MACHADO, 2015) o paradoxo não é solúvel, ele é apenas observável. E como temos dito, estranhezas não desconstroem pressuposições argumentativas.

O (pp) do “óbito” ecoará nos discursos ou textos que este enunciado integra. Os procedimentos para se perceber a insistência e resistência desta (pp) no enunciado, é reconsiderar a morte do homem, ressignificar essa morte, que desloca o inanimado. O semantismo sobrenatural produzido pelos verbos “morrer” e “bater” dão pistas para a significação de um sujeito paradoxal pressuposto: um morto-vivo, um zumbi, alguém com “experiência de quase-morte” (termo médico para aqueles que experienciaram a morte e voltaram à vida) etc. Assim, o (pp) da morte do homem insiste no discurso, nas suas cinco constitutividades: ele impõe a (i) *continuidade* do discurso sobre esse sobrenatural, seja questionando-o (“o homem que morreu ontem bateu à porta?”), seja negando-o (“o homem que morreu ontem não bateu à porta.”), seja afrontando o pressuposto (“só se ele bateu à porta do céu!”) etc; ele dá (ii) *coerência* de unidade às continuidades de dizer do texto: os vários enunciados que se sucederão à essa estranheza terão como fio condutor o (pp) do morto-vivo, porque, não importa se polemizado ou submisso, o sobrenatural da morte pressuposta é (iii) *partilhada* entre os interlocutores, não importa a direção que o diálogo tome; (iv) ele instaura a *obrigatoriedade* do interlocutor de reagir frente a este enunciado posto/pressuposto pelo locutor (solidarizar-

se, refutar, concordar, frente a tal conteúdo sobrenatural, ou até ignorar o locutor em silêncio, o que ainda assim significa transgressão de uma obrigatoriedade deontológico-linguística de polidez, de minimamente demonstrar que escutou); e (v) ele promove a *transformação* das relações entre interlocutores: o locutor torna-se mentiroso ao enunciar tal frase? Torna-se prolixo? Seu interlocutor lhe ressignifica imediatamente de locutor mau-comunicador? Etc.

Assim, o ideário doxal jamais põe em xeque uma teoria semântica capaz de lidar com literalidades paradoxais. Porque sentidos, significações e pressuposições não são balizadas pela normatividade ou doxalidade semântica. Desrespeitar o normal também é sentido. E neste ambiente paradoxal resiste o fenômeno da pressuposição argumentativa.

Henry (1977, p. 46), diante desse enunciado, levanta questões de outras ordens, jamais sobre a pressuposição argumentativa, tal como: “Qual a natureza da ‘incongruência’ dessa frase? Ela é semântica ou pragmática? Pertence ou não à gramática?”. É interessante este movimento analítico de “categorizar/filiar” enunciados “não-categorizáveis/não-filiáveis”, como tentativa de resolver, talvez, um paradoxo. A pergunta não procede em Semântica Argumentativa porque, por sua vez, ela não se ocupa em resolver ou corrigir incongruências de frase, ou defeitos de língua, senão descrever sentidos nos acontecimentos enunciativos em que tais defeitos se dão, valendo-se por um construto de língua, para isso. Em resposta, diríamos: tal frase pode pertencer à Semântica e à Pragmática, juntas (o que reclama uma teoria que dê conta de seu conteúdo paradoxal: por exemplo, a Semântica Argumentativa, ora refletida). O que Henry não entendeu é que a semântica ducrotiana também se ocupa das questões pragmáticas<sup>25</sup>, se formos considerar seu histórico. E o fato de categorizar-se ou não à gramática normativa, jamais ameaça uma pressuposição, cujo teor de resistência habita nas cinco determinâncias abordadas.

Ademais, questões como essa estão longe de desconstruir a pressuposição argumentativa, porque o implícito da morte se mantém no explícito de bater à porta, afinal, o morto-vivo não precisa existir para significar (a pressuposição argumentativa não é referencialista). A pressuposição argumentativa não tem receios com a ficção: ela a faz encadear, desenvolver-se. De passagem, por exemplo, na ficção da saga inteira de Star Wars, que iniciou nos anos setenta, e contém dezenas de desdobramentos em textos: livros, séries, filmes e games, e está longe de acabar, discorre sobre o pressuposto basal, reconstituído a cada enunciação da série: (pp) – “o lado da luz *versus* o lado sombrio da força”.

Vejamos outro exemplo, com foco crítico na subjetividade:

(12) o cachorro acha que o gato é mau.

Segundo as conclusões de Henry (1977, p. 51), baseadas em Lakoff,

[essa frase] pressupõe que os cachorros possam pensar. Se partilharmos essa opinião, a frase será julgada gramatical; se não, ela será declarada agramatical. A noção de gramaticalidade está, portanto, assujeitada à subjetividade individual, dependendo de crenças, opiniões, convicções, conhecimentos etc que cada um partilha ou não.

De outra ponta, pela pressuposição argumentativa de Ducrot, pressupõe-se (pp) que “o cachorro é capaz de achar (o cachorro acha)”, põe-se (p) “certa possibilidade de maldade (acha que o gato é mau)”, e encadeia-se (→) “há rivalidade entre cães e gatos” etc. Dito

---

<sup>25</sup> Inclusive, para os pesquisadores da vertente clássica da pressuposição, Ducrot é considerado praticante de uma *pragmática integrada à pressuposição*, conforme, por exemplo, Deloor (2012, p.8).

argumentativamente, partilhar ou não da “crença de que cachorros pensam”, conforme crenças e opiniões, é acontecimento-segundo do interlocutor (um subentendido), interpretação que em nada afeta o acontecimento-primeiro (a enunciação), cuja pressuposição de que “o cachorro pensa, ou acha” está ali, na língua.

É ainda importante reiterar que a significação literário-biológica de vocabulários felinos, caninos etc, preveem com naturalidade que cães “acham”, com frequência, que certas pelúcias são animais, e que tubarões mordem por “acharem” que humanos são focas, dentre outros exemplos. As cinco constitutividades da pressuposição argumentativa resistem e insistem nesse enunciado. Ademais, tentar solucionar um enunciado que incomoda certa crença (tentar combater a pressuposição de que “cachorros acham”), é já assumir uma pressuposição que incomoda certa frase. O que não desconstrói, mas dá mais força de visibilidade ao fenômeno pressuposicional argumentativo.

Ainda, fica posto que a pressuposição argumentativa é noção de uma semântica não condicionada ao pensamento “correto-doxal”, de modo que certas frases ambíguas, paradoxais ou agramaticais, no sentido de Lakoff, não põem em xeque a noção de pressuposição argumentativa, porque esta noção possui outras constitutividades, que não a ortodoxia sintática, normativa, ou tradicional social. A pressuposição argumentativa, antes, procura reconstituir pressuposições nas agramaticalidades, e não as combater.

## PARA CONCLUIR

Os alicerces das análises e procedimentos dessa pesquisa afastam-se do “embate gratuito entre teorias”, e baliza-se pelo “rigor teórico-científico que constrói a possibilidade da crítica”. Em Henry, vimos, essa possibilidade de desconstrução da pressuposição não existe, porque o rigor teórico-argumentativo inexistente, de sorte que nossos resultados são minimamente dois. Em Henry, a problemática vocabular-científica para tratar a pressuposição ducrotiana é fruto de duas incongruências: (i) uma concepção de pressuposição totalmente distinta da concepção de pressuposição argumentativa, que Henry se dedicou a criticar por um tratamento bem distinto do conceito de *língua* ducrotiano, e (ii) uma evidente falta de compreensão profunda do domínio epistemológico ducrotiano, da riqueza da literatura sobre a Semântica Argumentativa (que sequer explorou).

Creditamos a Henry o mérito de conduzir Ducrot à atualização da noção de pressuposição argumentativa, maturidade teórica conhecida pela célebre “Teoria Polifônica da Enunciação”. Por ela, Ducrot deu sofisticação ao tratamento teórico do fenômeno da pressuposição na sua relação com o discurso (o que já era possível, em *Dire et ne pas dire*, mas em dinâmica menos formalizada).

Outrossim, a reanálise teórica da noção de *pressuposição argumentativa* evidenciou que a epistemologia teórica da semântica linguística de Ducrot, de essência argumentativa, jamais foi abordada por Henry, já que o conceito de *língua* ducrotiano não obedece a chancela do possível, impossível, incongruência, defeito, agramaticalidade e incorreção, e muito menos tais particularidades se observadas pelos arcabouços teóricos trazidos à toma pelos termos *psicossocial*, *persuasão* e *influência*. Isto é, esta pesquisa mostrou que não existe uma “teoria psicossociológica da persuasão e da influência” (HENRY, 1977, p. 73).

Diremos que o ideário crítico da pressuposição de Henry, disciplinada pelo possível e corrompida pelo impossível, é na verdade uma outra pressuposição, que por se

esquivar das cinco constitutividades argumentativas (e trabalhar parcamente a quinta), não é a pressuposição argumentativa.

É sempre positivo, para o avanço científico, criticar as disposições teóricas dos saberes, bem como seus eixos de raciocínio. Contudo, para desenhar uma crítica ao acervo a epistemologia criticada, a Semântica Argumentativa, Henry não vislumbrou o principal estatuto de seu objeto, a *argumentação*, nem seu objeto, a *língua*. Estatuto esse bem particular nessa envergadura teórica, que ressignifica os postos e pressupostos dos defeitos que fundam o nó língua/linguagem, que é o próprio da língua, e que por isso reorganiza a contradição real *versus* conhecimento de real, por um prisma daquilo que se diz (explícito) e daquilo que se diz sem dizer (implícito).

É produtivo findar nossa pesquisa citando Karttunen (1973, p. 1, tradução nossa), um dos mais dedicados estudiosos do fenômeno pressuposicional, quando afirmou que: “a pressuposição, em si, ainda é um conceito muito obscuro”<sup>26</sup>. Por isso, o embate levantado por Henry é louvável, mas nunca foi efetivado no que tange ao propósito de desconstrução, dada a carência epistemológica do autor em pressuposição argumentativa e em Semântica Argumentativa. Seu mérito foi fortalecer a pressuposição argumentativa, que resiste e insiste<sup>27</sup>, via elaboração de uma pressuposição-defeito, que desiste.

Semântica Argumentativa e Análise de Discurso, teorias com envergadura de muitas décadas de maturidade, podem e devem sempre se confrontar, enriquecendo o debate sobre um fenômeno insistente e resistente em linguagem e discurso (e que está bem longe de ser desconstruído): a pressuposição.

## REFERÊNCIAS

- AMSILI, P. L'annulation des implicatures et des présuppositions. In : *Lattice*, CNRS UMR 8094, Université de Paris 7 & ENS. 2007, p. 1 – 14.
- BIGLARI, A. ; BONHOMME, M. *La Présupposition entre théorisation et mise en discours*. Paris : Garnier, 2018.
- BEHE, L. ; CAREL, M. ; DENUC, C. ; MACHADO, J. C. *Cours de Sémantique Argumentative : des concepts clés*. São Carlos : Pedro e João Editores, 2021.
- CAREL, M. *L'entrelacement argumentative*. Paris : Honoré, 2011.
- CAREL, M. ; RIBARD, D. L'acte de témoigner. In : *Antares. Letras e Humanidades*, v. 11, 2019, n°23, 3-23.
- DELOOR, S. Bref aperçu historique des travaux sur la présupposition. In COLIN, A. : *Langage*, No 186, V. 2, 2012, p. 3 – 20.
- DUCROT, O. Dire e ne pas dire. *Principes de sémantique linguistique*. Paris : Hermann, 1972.
- DUCROT, O. Dizer e não dizer: *princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, [1972], 1977.
- DUCROT, O. *Les échelles argumentatives*. Paris : Les Editions de Minuit, 1980.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, [1984], 1987.
- DUCROT, O.; SCHAEFFER, J. M. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris : Éditions du Seuil, 1995.
- DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. In: *Letras De Hoje*, No. 44, V. 1, 2009.
- FREGÉ, G. Sobre o sentido e a referência. In: \_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix: Ed. USP, 1978. p.59-86.
- GRICE, P. Logic and conversation. In Peter Cole et Jerry Morgan Editeurs, *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975, p. 41 – 58.
- HENRY, P. A ferramenta imperfeita: *língua, sujeito e discurso*. Campinas: Unicamp, [1977], 2013.
- HORN, L. R. *A natural History of negation*. Chicago: Leland Stanford Junior University, 2001.

<sup>26</sup> Do original: “presupposition itself still remains a very unclear concept”. (KARTTUNEN, 1973, p. 1).

<sup>27</sup> Em uma rápida busca na internet, verifica-se, com facilidade, que a pressuposição é objeto de pesquisa nas mais renomadas revistas científicas, e nos mais renomados laboratórios mundo afora. O que corrobora nossa tese de que uma desconstrução científica deste fenômeno jamais se efetivou. Muito ao contrário, o fenômeno pressuposicional consagrou-se objeto clássico de pesquisa em Linguística.

- KARTTUNEN, L. Presuppositions of Compound Sentences. In: *Linguistic Inquiry*, Vol. 4, No. 2. Stanford University: The MIT Press, 1973, pp. 169-193.
- LEBLER, C. D. C. *O estudo da suposição no quadro da teoria dos blocos semânticos*. Porto Alegre: 181 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Letras, PUCRS, 2013.
- LEBLER, C. D. C. Pressupostos e subentendidos segundo a Teoria da Argumentação na Língua, 2016. In: *Gragoatá*, No 40. Disponível em <<https://doi.org/10.22409/gragoata.v21i40.33385>> Acesso em 11 fev. 2021.
- MACHADO, J. C. O paradoxo a partir da teoria dos blocos semânticos: *língua, dicionário e história*. São Carlos: UFSCar. 373 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2015.
- MACHADO, J. C. A teoria dos Blocos Semânticos em revisão. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. 2017, vol. 25 No 24. Disponível em <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10477>>. Acesso em 11 fev. 2021.
- MACHADO, J. C. 50 anos da pressuposição na semântica argumentativa: análises do fenômeno pressuposicional de 1968 a 2018. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 61, p. 1–21, 2019. DOI: 10.20396/cel.v61i1.8652865. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8652865>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- MACHADO, J. C. Palavra dita é flecha lançada: ato jurídico e linguagem em Oswald Ducrot. *Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação*, 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.47369/eidea-21-1-3059>>. Acesso em 1 mai 2021.
- MALDIDIER, D. A inquietação do discurso: *(re)ler Michel Pécheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- MORAES, E. *Teorias semânticas e a implicação na língua(gem)*. Alfa, São Paulo, v.53, n.1, p.261-282, 2009.
- PAIVA, V. S. F. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. *Temas psicológicos*. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 531-549, dez. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 13 set. 2021
- SAÚDE, IG. Apaga, me dá gatilho!": o que é gatilho de fato e como um meme pode fazer mal. Disponível em < <https://saude.ig.com.br/2020-01-08/apaga-me-da-gatilho-o-que-e-gatilho-de-fato-e-como-um-meme-pode-fazer-mal.html>>. Acesso em 13 fev. 2021.
- SOARES, V. F. C. Pressuposição: *diferentes abordagens teóricas e suas consequências para o ensino de graduação em letras*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. 112f. Dissertação de Mestrado, 2012.

Recebido: 27/2/2021

Aceito: 3/4/2022

Publicado: 12/8/2022